

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

UNIDADE REQUISITANTE: Presidência da Câmara Municipal de Leandro Ferreira/MG

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Egnaldo Rodrigues, Presidente da Câmara.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

O presente documento tem por objetivo atender a demanda por gêneros alimentícios diversos, devidamente embalados e acondicionados, destinados à montagem de cestas de Natal, conforme autorizado pela Resolução nº 005/2025.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios destinados à montagem de cestas de Natal, conforme autorização conferida pela Resolução nº 005/2025.

A iniciativa decorre do reconhecimento do trabalho desempenhado ao longo do exercício e visa promover integração institucional, valorização do corpo funcional e fortalecimento do vínculo organizacional, em consonância com as ações de caráter social e institucional previstas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Trata-se de benefício eventual, de natureza não remuneratória, concedido exclusivamente no período natalino, sem gerar incorporação aos vencimentos ou vantagens permanentes, atendendo, assim, ao princípio da legalidade e às diretrizes de responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

A previsão orçamentária específica assegura a regularidade da despesa, permitindo que a aquisição seja realizada de forma planejada, com qualidade e observância da economicidade.

Diante disso, a contratação mostra-se legítima, oportuna e alinhada ao interesse público, garantindo a adequada composição das cestas e o cumprimento da finalidade institucional para a qual foram autorizadas.

3. DESCRIÇÕES E QUANTITATIVO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
01	Cesta de Natal personalizada composta por, no mínimo, um chester congelado, um suco de uva integral de 1 litro, um panetone tradicional de 400g, uma unidade de refrigerante sabor cola de 2 litros, uma caixa de bombons sortidos de 250g e kit de frios contendo queijo tipo muçarela (trança) e salame fatiado, ambos embalados individualmente, atendendo às normas sanitárias vigentes. Todos os itens devem ser entregues devidamente organizados em embalagem única resistente, garantindo boa apresentação e adequada conservação dos produtos.	Unid.	17

4. DATA PREVISTA PARA A CONTRATAÇÃO:

A data prevista para a conclusão da contratação é até 19 de dezembro de 2025.

Leandro Ferreira/MG, 05 de dezembro de 2025.

Egnaldo Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Leandro Ferreira

JUSTIFICATIVAS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PEQUENO VALOR

1 - DO OBJETO:

Aquisição de gêneros alimentícios diversos, devidamente embalados e acondicionados, destinados à montagem de cestas de Natal, conforme autorizado pela Resolução nº 005/2025.

2- DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

Os itens objeto deste estudo são classificados como comuns de acordo com o art. 6º, XIII, da Lei nº. 14.133/2021.

3- DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

A presente contratação tem por finalidade possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios destinados à montagem de cestas de Natal, conforme autorização conferida pela Resolução nº 005/2025.

A iniciativa decorre do reconhecimento do trabalho desempenhado ao longo do exercício e visa promover integração institucional, valorização do corpo funcional e fortalecimento do vínculo organizacional, em consonância com as ações de caráter social e institucional previstas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Trata-se de benefício eventual, de natureza não remuneratória, concedido exclusivamente no período natalino, sem gerar incorporação aos vencimentos ou vantagens permanentes, atendendo, assim, ao princípio da legalidade e às diretrizes de responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

A previsão orçamentária específica assegura a regularidade da despesa, permitindo que a aquisição seja realizada de forma planejada, com qualidade e observância da economicidade.

Diante disso, a contratação mostra-se legítima, oportuna e alinhada ao interesse público, garantindo a adequada composição das cestas e o cumprimento da finalidade institucional para a qual foram autorizadas.

4- DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA
01	Cesta de Natal personalizada composta por, no mínimo, um chester congelado, um suco de uva integral de 1 litro, um panetone tradicional de 400g, uma unidade de refrigerante sabor cola de 2 litros, uma caixa de bombons sortidos de 250g e kit de frios contendo queijo tipo muçarela (trança) e salame fatiado, ambos embalados individualmente, atendendo às normas sanitárias vigentes. Todos os itens devem ser entregues devidamente organizados em embalagem única resistente, garantindo boa apresentação e adequada conservação dos produtos.	Unid.	17

4.1. O prazo para entrega dos itens é de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, de forma única e imediata.

4.2. Caso não seja possível a entrega no período determinado a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5- ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

A pesquisa de preços foi realizada com base nos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo conformidade legal e transparência no processo de formação do preço.

Para a composição do preço, foi realizada uma pesquisa formal de preços junto a três empresas do ramo, que demonstraram capacidade técnica e logística para atender às necessidades da Câmara Municipal. As empresas apresentaram propostas válidas.

Em atendimento ao disposto no IV, do § 1º, do art. 23 da Lei 14.133/2021, faz-se necessário explicar os critérios utilizados na seleção das empresas consultadas para a pesquisa de preços realizada com a finalidade de estimar os custos envolvidos no processo de contratação.

Considerando as particularidades que envolvem a presente contratação, deixou-se de realizar a pesquisa de preços por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), uma vez que tal ferramenta se mostrou inadequada e inviável para a identificação de valores compatíveis com a efetiva entrega da mercadoria.

Cumprе ressaltar que a composição das cestas natalinas apresenta significativa variação entre fornecedores, tanto em itens quanto em quantidades, o que impossibilita a utilização do PNCP como fonte segura e comparável de preços, já que não há padronização mínima que permita estabelecer parâmetros confiáveis.

Diante desse cenário, optou-se pela condução da pesquisa de preços diretamente junto a empresas especializadas no fornecimento desse tipo de produto, método que se revelou mais eficaz para a obtenção de uma estimativa concreta, atualizada e condizente com a realidade do mercado local, além de contemplar as condições específicas de entrega na sede da Câmara Municipal.

As empresas foram selecionadas a partir do banco de dados cadastrais mantido pela Câmara, medida que visa conferir maior celeridade ao processo de contratação. Ademais, considerou-se, como critério relevante, a presumida capacidade logística desses fornecedores em atender, de forma tempestiva e adequada, à demanda específica da Administração Pública, nos termos e prazos requeridos.

Para a seleção das empresas foram considerados os seguintes critérios:

- a) Capacidade Técnica: foram selecionadas empresas que possuem a capacidade técnica para fornecimento dos itens.
- b) Experiência no mercado: foram consideradas empresas com experiência relevante no mercado, conhecidos por sua atuação sólida.
- c) Reputação e confiabilidade: a reputação das empresas foi um critério essencial. Foram selecionadas aquelas que possuem uma boa reputação no mercado, reconhecidas pela confiabilidade e pela qualidade de seus produtos.

O procedimento de pesquisa de preços seguiu as seguintes etapas:

1. Identificação dos potenciais fornecedores: Inicialmente, foi realizada uma pesquisa através do banco de fornecedores da Câmara para identificar fornecedores potenciais que pudessem atender aos critérios estabelecidos.

2. Solicitação de cotações: Após a identificação dos potenciais fornecedores, foi expedido pedido formal de cotação, contendo a descrição dos itens a serem adquiridos, de modo a assegurar a clareza e a comparabilidade das propostas. Às empresas foi concedido prazo razoável e suficiente para a apresentação de suas respectivas respostas, garantindo-se, assim, a lisura e a efetividade do levantamento de preços.

3. Análise das propostas: As propostas recebidas foram analisadas, comparando os preços e outros fatores relevantes.

Com base nos critérios anteriormente expostos, foram selecionadas as empresas que demonstraram melhores condições para compor a pesquisa de preços, de modo a assegurar uma estimativa de custo justa, compatível com o mercado e adequada à realidade da contratação. A escolha das empresas observou os princípios da transparência, isonomia e eficiência, em estrita conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021.

Todos os elementos utilizados para a construção do preço estimado, incluindo os orçamentos e o mapa de cotação estão anexados ao procedimento de contratação, garantindo ampla documentação e rastreabilidade das informações.

6- DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A escolha da empresa **OLIVEIRA SUPERMERCADOS (CNPJ nº 08.625.344/0003-60)** foi realizada com base em critérios objetivos e alinhados aos princípios da economicidade e eficiência na administração pública.

A referida empresa apresentou o menor preço dentre as cotações realizadas, demonstrando-se como a alternativa mais vantajosa para o atendimento da demanda, o que justifica a sua escolha dentre as demais.

Portanto, a escolha do fornecedor atende aos requisitos legais e administrativos, garantindo a melhor relação custo-benefício.

7- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve ser adotado como regra geral na escolha do adjudicatário, sendo este o principal fator a ser considerado para a contratação, conforme estabelecido pela legislação vigente. Para aferir a conformidade do preço, foi realizada uma pesquisa de preços de mercado, a fim de garantir a compatibilidade do valor proposto com as condições do mercado.

Após análise das cotações recebidas, foi constatado que os valores propostos pela empresa **OLIVEIRA SUPERMERCADOS (CNPJ nº 08.625.344/0003-60)** são os mais vantajosos para a administração pública. Estes valores estão dentro da média de mercado e representam os menores preços entre as cotações apresentadas.

Diante disso, os preços propostos pela referida empresa são compatíveis com os valores praticados no mercado e refletem os princípios da economicidade e da eficiência. A contratação direta da empresa é, portanto, justificada, pois assegura a melhor relação custo-benefício para a administração pública, garantindo o fornecimento dos itens com um custo adequado e dentro dos parâmetros de qualidade exigidos.

8- JUSTIFICATIVA DA NÃO DIVULGAÇÃO DE AVISO DA DISPENSA EM SÍLIO ELETRÔNICO OFICIAL, PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS.

É possível o afastamento do procedimento de divulgação do aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis, para obtenção de propostas adicionais.

Cumprido destacar que, nos termos do § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a divulgação para obtenção de propostas adicionais possui caráter preferencial, não se tratando de exigência obrigatória, desde que devidamente motivada sua não realização.

No presente caso, a ampla divulgação poderia gerar atrasos indesejados e incompatíveis com a urgência da demanda, especialmente diante da proximidade das festividades natalinas. Ressalte-se, ainda, que a Resolução que autorizou a contratação foi aprovada apenas ao final do mês de novembro, reduzindo significativamente o prazo útil para conclusão do procedimento e para a entrega das cestas natalinas.

Dessa forma, a opção pela não divulgação mostra-se plenamente justificada, assegurando a tempestividade e a eficiência necessárias ao atendimento do interesse público.

Importante ressaltar que os fundamentos acima expostos também justificam o afastamento do procedimento de dispensa em sua forma eletrônica. A nova Lei de Licitações estabelece que a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem que isso implique necessariamente em qualquer forma de disputa.

No presente caso, também se sugere a não realização da divulgação do aviso de dispensa, bem como a não adoção de sua forma eletrônica, considerando a urgência no atendimento da demanda. Ademais, os custos operacionais envolvidos na condução do procedimento de forma eletrônica e com divulgação ampla — como tempo de tramitação, mobilização de equipe técnica e eventual prorrogação de prazos — não seriam compensados com potenciais descontos obtidos, especialmente diante do baixo valor estimado da contratação e da simplicidade da solução demandada. Assim, a adoção de um rito mais célere e simplificado mostra-se mais compatível com os princípios da eficiência e da razoabilidade, assegurando o atendimento oportuno do interesse público.

Contudo, é relevante destacar que foi realizada pesquisa de preços junto a três empresas do ramo, todas com capacidade para atender às necessidades ora expostas. As empresas consultadas

apresentaram propostas válidas, em conformidade com as exigências do objeto, o que demonstra a observância aos princípios da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Essa medida assegura a razoabilidade dos valores praticados e reforça a transparência do processo, mesmo diante da adoção de procedimento simplificado.

9- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração Pública tem o dever de assegurar o cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, visando garantir a idoneidade e a capacidade técnica do fornecedor para a execução do contrato.

Nesse sentido, a empresa **OLIVEIRA SUPERMERCADOS (CNPJ nº 08.625.344/0003-60)** apresentou a documentação mínima necessária para a comprovação de sua habilitação, conforme os documentos acostados aos autos do processo, os quais foram devidamente analisados e considerados aptos para garantir a sua regularidade fiscal e trabalhista.

Dessa forma, a empresa demonstrou plena conformidade com os requisitos legais exigidos pela legislação vigente, o que permite sua contratação com segurança jurídica, em consonância com os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

10- DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

10.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo Contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente do fornecedor, descrição do objeto fornecido;

10.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela empresa detentora dos preços registrados em inteira conformidade com as exigências legais contratuais.

10.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.6. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada de Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, a Certidão Negativa Trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal;

10.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.8. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11- PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s): 3.3.90.30.00.

12- CONDIÇÕES GERAIS

Considerando que a presente contratação é realizada por dispensa de licitação em razão do baixo valor e, ainda, que os itens serão entregues de forma imediata e integral, será dispensada a formalização de contrato, devendo este ser substituído pela Nota de Empenho da Despesa, nos termos do art. 95, da Lei Federal nº 14.133/21.

Considerando, ainda, o disposto art. 53, §5º, requeremos que seja dispensada a manifestação jurídica, por se tratar de contratação de baixo valor (enquadra-se no art. 75, II da Lei 14.133/2021), baixa complexidade, com entrega imediata do bem.

Leandro Ferreira/MG, 05 de dezembro de 2025.

Eginaldo Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Leandro Ferreira

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 028/2025

Dispensa de Licitação nº 024/2025

Considerando a necessidade devidamente justificada de aquisição de gêneros alimentícios diversos, devidamente embalados e acondicionados, destinados à montagem de cestas de Natal, conforme autorizado pela Resolução nº 05/2025, autorizo a formalização do procedimento de dispensa de licitação para o atendimento da referida demanda, nos termos do art. 75, II da Lei 14.133/2021.

Ademais, autorizo o não cumprimento do procedimento de divulgação do aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis para obtenção de propostas adicionais, bem como a não adoção da forma eletrônica da dispensa, nos termos das razões devidamente expostas no documento intitulado 'Justificativas de Dispensa de Licitação – Pequeno Valor', constante nos autos.

Nestes termos, autorizo a contratação da pessoa jurídica **OLIVEIRA SUPERMERCADOS (CNPJ nº 08.625.344/0003-60)**, por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para entrega dos itens, pelo valor de **R\$ 3.840,30 (três mil oitocentos e quarenta reais e trinta centavos.)**

Na oportunidade, declaro que, a despesa ora ensejada tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cumpra-se.

Leandro Ferreira/MG, 05 de dezembro de 2025.

Eginaldo Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Leandro Ferreira